**PAUTA DA 24ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.**

**EXPEDIENTE:**

Ata da 23ª Sessão Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da 16ª Legislatura da Câmara Municipal de Cruzêta.

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, nesta cidade, onde funciona o Poder Legislativo, na Sala das Sessões, foi realizada a 23ª Sessão Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da Câmara Municipal de Cruzêta. Sob a Presidência do Senhor Vereador José Ethel Stephan Usando Sales Canuto de Moraes e da 1ª Secretária Senhora Vereadora Gabriela Micarla Silva de Góis Pereira. Presentes, os Senhores Vereadores: Arilúzia Sasnara de Araújo, Cypriano Pinheiro Medeiros de Araújo, Domingos Alves de Araújo, Gabriela Micarla Silva de Góis Pereira, Hutson Neves Barbosa, Itan Lobo de Medeiros, José Ethel Stephan Usando Sales Canuto de Moraes, Maria de Lourdes da Silva e Mônica Maria de Medeiros Silva. Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente às dezenove horas, deu início aos trabalhos. Lida a ata da 22ª Sessão Ordinária da 4ª Sessão Legislativa, a mesma foi discutida, votada e aprovada unanimemente pelo Plenário. Em seguida passou-se a leitura do expediente que constou do seguinte: 1- Da Senhora Vereadora Mônica Maria de Medeiros Silva – Requerimento Verbal, encampado, solicitando a Mesa ouvido o plenário, com fundamento no artigo 95, parágrafo 2°, inciso VII do Regimento Interno (Resolução n° 38/90), para que seja inserido em ata voto de aplausos a Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes e toda equipe organizadora, pela brilhante live de Aclamação da Miss Cruzeta e a da escolha da Rainha Centenária, e que tal manifestação seja comunicada a mesma. Nada mais havendo a tratar no expediente, passou-se a apreciação da matéria constante da pauta da sessão. Em fase de segunda discussão e votação encontra-se: 1- Do Poder Executivo: Projeto de Lei nº 12/2020, que dispõe sobre a suspensão do recolhimento das contribuições previdenciárias patronais do Município do Cruzêta- RN, pagamentos de refinanciamentos e parcelamentos de dívidas, devidos ao Instituto de Previdência do Município de Cruzêta- RN (CRUZETA-PREV), e dá outras providências; e que contava com o parecer nº 13/2020 da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, e nº 07/2020 da Comissão de Finanças e Fiscalização, ambas favoráveis à aprovação; e colocado o referido em votação, foi reprovado por maioria de votos (seis votos contrários e três favoráveis). Em fase de únida discussão e votação encontram-se: 1- Do Senhor Vereador José Ethel Stephan Usando Sales Canuto de Moraes – Requerimento nº 14/2020, solicitando a Prefeitura Municipal de Cruzêta-RN e ao setor competente, a atualização do site do portal da transparência municipal, com relação ao contracheque dos servidores família; e colocado o referido em discussão e votação, foi aprovado unanimemente pelo Plenário. Requerimento nº 15/2020, solicitando a Prefeitura Municipal de Cruzêta-RN e ao setor competente, a disponibilização e a atualização da lista de beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), através do sítio eletrônico oficial na internet, conforme dispõe a lei municipal N° 1.110, de 05 de Outubro de 2018; e colocado o referido em discussão e votação, foi aprovado unanimemente pelo Plenário. 2- Da Senhora Vereadora Mônica Maria de Medeiros Silva, encampado pelo Plenário - Requerimento Verbal, solicitando a Mesa ouvido o plenário, com fundamento no artigo 95, parágrafo 2°, inciso VII do Regimento Interno (Resolução n° 38/90), para que esta Câmara possa publicar uma síntese da história do Legislativo cruzetense, com dados históricos, fotografias e documentos, visando marcar o centenário da nossa cidade; e colocado o referido em discussão e votação, foi aprovado unanimemente pelo Plenário. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, às vinte horas e vinte minutos, agradeceu a presença de todos. E, declarou encerrada a Sessão, cujos trabalhos lavrou-se a presente ata, que após lida e aprovada, será devidamente assinada pelos membros da Mesa.

Sala Pedro Vital da Câmara Municipal de Cruzêta- RN, em 25 de agosto de 2020.

# Ver. José Ethel S. U. Sales Canuto de Moraes Ver. Gabriela Micarla S. de Góis Pereira

Presidente 1ª Secretária

[](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/d/d0/Bras%C3%A3o-Cruzeta.jpg)

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**

**CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZETA**

**Praça Celso Azevedo, 127 – Cep. 59.375-000 – Telefax (84) 3473-2358**

**CNPJ 10.727.485/0001-73 – E-mail:** [**camaracruzeta@yahoo.com.br**](mailto:camaracruzeta@yahoo.com.br)

**Processo** **nº 57/2020**

**ARILÚZIA SASNARA DE ARAÚJO**, Vereadora abaixo assinado, usando das atribuições que são conferidas por Lei e pelo Regimento Interno desta Casa, apresenta à apreciação da Câmara de Vereadores o seguinte Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 15/2020

*EMENTA: Institui a semana de conscientização sobre transtorno de ansiedade generalizada - TAG.*

O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZETA-RN, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º**. Institui, no calendário oficial de eventos do Município de Cruzeta/RN, a Semana de Conscientização sobre transtorno de ansiedade generalizada - TAG.

**Art. 2º -** As atividades realizadas na Semana Municipal instituída na presente lei serão concentradas na 1ª semana de setembro, como forma de instruir a população sobre a aludida enfermidade.

**Art. 3º -** O Poder Executivo, por meio de seus órgãos competentes, poderá regulamentar a programação a ser desenvolvida durante a Semana instituída por esta Lei como: palestras, seminários e outras atividades que possam ser desenvolvidas com a finalidade de alcançar os objetivos previstos nesta Lei.

**Art. 4º -** As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 5º**. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Dessa forma, solicito o apoio dos Colegas Vereadores pela aprovação da matéria.

Sala das Sessões Pedro Vital, da Câmara Municipal de Cruzeta/RN, em 1º de setembro de 2020.

**ARILÚZIA SASNARA DE ARAÚJO**

**Vereadora**

**JUSTIFICATIVA**

Ansiedade é uma reação normal diante de situações que podem provocar medo, dúvida ou expectativa. É considerada normal a ansiedade que se manifesta nas horas que antecedem uma entrevista de emprego, a publicação dos aprovados num concurso, o nascimento de um filho, uma viagem a um país exótico, uma cirurgia delicada, ou um revés econômico. Nesses casos, a ansiedade funciona como um sinal que prepara a pessoa para enfrentar o desafio e, mesmo que ele não seja superado, favorece sua adaptação às novas condições de vida.

O transtorno de ansiedade generalizada (TAG), segundo o manual de classificação de doenças mentais (DSM.IV), é um distúrbio caracterizado pela “preocupação excessiva ou expectativa apreensiva”, persistente e de difícil controle, que perdura por seis meses no mínimo e vem acompanhado por três ou mais dos seguintes sintomas: inquietação, fadiga, irritabilidade, dificuldade de concentração, tensão muscular e perturbação do sono.

É importante registrar também que, nesses casos, o nível de ansiedade é desproporcional aos acontecimentos geradores do transtorno, causa muito sofrimento e interfere na qualidade de vida e no desempenho familiar, social e profissional dos pacientes.

Os sintomas podem variar de uma pessoa para outra. Além dos já citados (inquietação, fadiga, irritabilidade, dificuldade de concentração, tensão muscular) existem outras queixas que podem estar associadas ao transtorno da ansiedade generalizada: palpitações, falta de ar, taquicardia, aumento da pressão arterial, sudorese excessiva, dor de cabeça, alteração nos hábitos intestinais, náuseas, aperto no peito, dores musculares.

O tratamento do TAG inclui o uso de medicamentos antidepressivos e/ou ansiolíticos, sob orientação médica, e a terapia comportamental cognitiva. O tratamento farmacológico geralmente precisa ser mantido por seis a doze meses depois do desaparecimento dos sintomas e deve ser descontinuado em doses decrescentes.

Ademais o transtorno de ansiedade figura entre as quatro causas mais frequente de afastamento do trabalho, segundo dados de 2013 do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

As estimativas da OMS (Organização Mundial da Saúde) não são animadoras. Na próxima década, a doença será a mais comum no mundo, ultrapassando moléstias cardiovasculares e câncer.

O Brasil tem poucas políticas públicas para prevenir e tratar esse e outros transtornos mentais. O gargalo vai da falta de rede primária de prevenção à escassez de psicólogos e psiquiatras no sistema público e ao déficit de leitos psiquiátricos de emergência para pacientes em surto.

Ante o exposto, considerando a importância do ora apresentado Projeto de Lei para toda a sociedade cruzetense, solicito aos Nobres Edis a aprovação da matéria em apreço, após a devida análise e discussão.

**ARILÚZIA SASNARA DE ARAÚJO**

**Vereadora**

[](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/d/d0/Bras%C3%A3o-Cruzeta.jpg)

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**

**CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZETA**

**Praça Celso Azevedo, 127 – Cep. 59.375-000 – Telefax (84) 3473-2358**

**CNPJ 10.727.485/0001-73 – E-mail: camaracruzeta@yahoo.com.br**

**Processo nº 55/2020**

## **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 03/2020**

**Dispõe sobre a fixação do Orçamento da Câmara Municipal de Cruzeta para o exercício de 2021 e dá outras providências.**

**A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZETA - RN**, usando das atribuições conferidas pelo Art. 25, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fixar o Orçamento Anual da despesa da Câmara Municipal de Cruzeta - RN, para o exercício de 2021, na importância de R$ 980.000,00 (novecentos e oitenta mil reais), constantes do Anexo Único desta Resolução.

Art. 2º - A presente Resolução será remetida ao Poder Executivo a fim de ser incluída no Orçamento Geral do Município de Cruzeta-RN, para o exercício financeiro do ano de 2021.

Art. 3º - Caso a presente Resolução esteja em limite inferior ao previsto no Art. 29-A, Inciso I, da Constituição Federal, deverá ser ajustada pelo Poder Executivo para atingir o percentual máximo previsto no Artigo acima citado.

Art. 4º - Fica a Mesa da Câmara Municipal autorizada a realizar remanejamento de despesas no orçamento para exercício de 2021, dentro da mesma categoria econômica e de uma categoria econômica para outra.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala Pedro Vital da Câmara Municipal de Cruzeta/RN, em 25 de agosto de 2020.

**MESA DIRETORA:**

Ver. José Ethel S. U. S. C. de Moraes Ver. Cypriano Pinheiro M. de Araújo

***Presidente Vice-Presidente***

*Ver. Gabriela Micarla S. de G. Pereira Ver. Maria de Lourdes da Silva*

***1ª Secretária******2ª Secretária***

**JUSTIFICATIVA**

O presente Projeto de Resolução tem por objeto apresentar o Orçamento da Câmara Municipal de Cruzeta para o exercício de 2021, devendo esse ser incluído na Proposta Geral do Município.

**MESA DIRETORA:**

Ver. José Ethel S. U. S. C. de Moraes Ver. Cypriano Pinheiro M. de Araújo

***Presidente Vice-Presidente***

*Ver. Gabriela Micarla S. de G. Pereira Ver. Maria de Lourdes da Silva*

***1ª Secretária******2ª Secretária***

[](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/d/d0/Bras%C3%A3o-Cruzeta.jpg)

CÂMARA MUNICIPAL DE CRUZETA

***CYPRIANO PINHEIRO MEDEIROS DE ARAÚJO***

***VEREADOR - MDB***

**Processo nº 56/2020**

**REQUERIMENTO Nº 16/2020**

Exmº. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Cruzeta

Requeiro a Mesa, ouvido o Plenário, para que seja encaminhado expediente ao Exmº. Sr. Prefeito Municipal de Cruzeta – RN, José Sally de Araújo, junto aos demais setores competentes, para que seja suspensa a contribuição de iluminação pública dos moradores da zona rural no município de Cruzeta – RN.

Sala Pedro Vital da Câmara Municipal de Cruzeta– RN, em 1º de setembro de 2020.

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

***Cypriano Pinheiro Medeiros de Araújo***

***Vereador – MDB***

**JUSTIFICATIVA**

O presente requerimento justifica-se com base na constatação de ineficiência ou ausência completa na prestação dos serviços de iluminação pública na zona rural do município de Cruzeta. Considera-se e nota-se que, em muitas localidades rurais deste município, o serviço público de iluminação é relativamente precário e/ou não se faz presente. Além disso, considera-se também o fato de que a população da zona rural tem contribuído sem que haja a execução do serviço e/ou a manutenção do mesmo.

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

***Cypriano Pinheiro Medeiros de Araújo***

***Vereador - MDB***

**ORDEM DO DIA**

**EM FASE DE PRIMEIRA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO**

**AS COMISÕES EMITIRAM PARECERES FAVORÁVEIS AO REFERIDO PROJETO DE LEI**

|  |
| --- |
| **RIO GRANDE DO NORTE**  ***Governo Municipal de Cruzeta Praça João de Góes, 167 – Centro CNPJ Nº 08.106.510/0001-50*** |
| **DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  **EXERCÍCIO DE 2021**  **PROJETO DE LEI Nº. DE 26 DE JUNHO DE 2020** |
| **ADMINISTRAÇÃO: José Sally de Araújo** |

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**

MUNICÍPIO DE CRUZETA

Praça João de Góis, 167 – CEP 59375-000 Fone: (84) 3473 2210 CNPJ 08.106.510/0001-50

[prefeituracruzeta@yahoo.com.br](mailto:prefeituracruzeta@yahoo.com.br)

# PROJETO DE LEI Nº 14/2020

**Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2021, e dá outras providências.**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CRUZETA:**

Faço saber que a Câmara Municipal de Cruzeta aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - O Orçamento do Município de Cruzeta, Estado do Rio Grande do Norte, para o exercício de 2021, será elaborado conforme previsto no art. 165, inciso II, §º da Constituição Federal, art. 4º da LRF e será executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

1. - as Metas Fiscais;
2. - as Prioridades da Administração Municipal; III - a Estrutura dos Orçamentos;

IV - as Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município; V - as Disposições sobre a Dívida Pública Municipal;

1. - as Disposições sobre Despesas com Pessoal;
2. - as Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária; e VIII - as Disposições Gerais.

# I - DAS METAS FISCAIS

**Art. 2º** - Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2021, estão identificados nos Demonstrativos desta Lei, em conformidade com as portarias expedidas pela secretaria do Tesouro Nacional – STN, relativas as normas de contabilidade pública.

**Art. 3º** - A Lei Orçamentária Anual abrangerá as Entidades da Administração Direta, Indireta e fundos municipais, que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

**Art. 4º** - O Anexo de Riscos Fiscais, § 3º do art. 4º da LRF, foi incluído nos moldes do Manual Técnico de Demonstrativos Fiscais da Portaria nº 091/2020-STN.

**Art. 5º** - Os Anexos de Riscos Fiscais e Metas Fiscais referidos no Art. 2º e 4º desta Lei constituem-se dos seguinte

I – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.

# ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo I - Metas Anuais;

Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;

Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS; Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita; e Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de

Caráter Continuado.

Parágrafo Único. Os Demonstrativos referidos neste artigo serão apurados em cada unidade gestora e a sua consolidação constituirá nas metas fiscais do município.

# RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

**Art. 6º** - Em cumprimento ao § 3º, do art. 4º, da LRF, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2021, deverá conter o Anexo de Riscos Fiscais e Providências.

# METAS ANUAIS

**Art. 7º** - Em cumprimento ao § 1º, do art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o Demonstrativo I - metas anuais serão elaboradas em valores correntes e constantes, relativos às receitas, despesas, resultado primário e nominal e montante da dívida pública, para o exercício de referência 2021 e para os dois seguintes.

§ 1º - Os valores correntes dos exercícios de 2021, 2022 e 2023 deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes utilizam o parâmetro Índice Oficiais de Inflação Anual, dentre os sugeridos pela Portaria nº 091/2020 da STN.

§ 2º - Os valores da coluna "% PIB" serão calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores correntes, divididos pelo PIB Estadual, multiplicados por 100.

# AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

**Art. 8º** - Atendendo ao disposto no § 2º, inciso I, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo II - avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior, tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, de receitas, despesas, resultado primário e nominal, dívida pública consolidada e dívida consolidada líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

# METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

**Art. 9º** - De acordo com o § 2º, item II, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo III - metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores, de receitas, despesas, resultado primário e nominal, dívida pública consolidada e dívida consolidada líquida, deverão estar instruídos com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.

Parágrafo Único. Objetivando maior consistência e subsídio às análises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes e constantes, utilizando-se os mesmos índices já comentados no demonstrativo I.

# EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

**Art. 10** - Em obediência ao § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o demonstrativo IV - evolução do patrimônio líquido, deve traduzir as variações do patrimônio de cada ente do município e sua consolidação.

# ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

**Art. 11** - O § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, que trata da evolução do patrimônio líquido, estabelece também, que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, devem ser reaplicados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos. O demonstrativo V - origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos estabelecem de onde foram obtidos os recursos e onde foram aplicados.

# AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

**Art. 12** – Em razão do que está estabelecido no § 2º, inciso IV, alínea “a”, do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, deverá conter a avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio dos servidores municipais, nos três últimos exercícios. O Demonstrativo VI – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos, seguindo o modelo da Portaria nº 091/2020-STN, estabelece um comparativo de Receitas e Despesas Previdenciárias, terminando por apurar o Resultado previdenciário e a Disponibilidade Financeira do RPPS.

# ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

**Art. 13** - Conforme estabelecido no § 2º, inciso V, do Art. 4º, da LRF, o anexo de metas fiscais deverá conter um demonstrativo que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a não propiciar desequilíbrio das contas públicas.

§ 1º - A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção, alteração de alíquota ou modificação da base de cálculo e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º - A compensação será acompanhada de medidas correspondentes ao aumento da receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

# MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

**Art. 14** - O Art. 17, da LRF, considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Parágrafo Único. O demonstrativo VIII - margem de expansão das despesas de caráter continuado, destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.

# MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS, DESPESAS, RESULTADO PRIMÁRIO, RESULTADO NOMINAL E MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

**METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS.**

**Art. 15** - O § 2º, inciso II, do Art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de metas anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

Parágrafo Único. De conformidade com a Portaria nº 091/2020-STN, a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos três exercícios anteriores e das previsões para 2021, 2022 e 2023.

# METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO PRIMÁRIO.

**Art. 16** - A finalidade do conceito de resultado primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não financeiras são capazes de suportar as despesas não financeiras.

Parágrafo Único. O cálculo da meta de resultado primário deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das portarias expedidas pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional, relativas às normas da contabilidade pública.

# METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO NOMINAL

**Art. 17** - O cálculo do resultado nominal deverá obedecer a metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.

Parágrafo Único. O cálculo das metas anuais do resultado nominal deverá levar em conta a dívida consolidada, da qual deverá ser deduzido o ativo disponível, mais haveres financeiros menos restos a pagar processados, que resultará na dívida consolidada líquida, que somada às receitas de privatizações e deduzidos os passivos reconhecidos, resultará na dívida fiscal líquida.

# METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA

**Art. 18** - Dívida pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da federação. Esta será representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais.

Parágrafo Único. Utiliza a base de dados de balanços e balancetes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2021, 2022 e 2023.

# II - DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

**Art. 19** - As prioridades e metas da administração municipal para o exercício financeiro de 2021 foram definidas e demonstradas no Plano Plurianual de 2018 a 2021, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei e no art. 165, § 2º da Constituição Federal.

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2021 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas no Anexo desta lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2021, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

# III - DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

**Art. 20** - O orçamento para o exercício financeiro de 2021 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, que recebam recursos do Tesouro e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada entidade da administração municipal.

**Art. 21** - A Lei Orçamentária para 2021 evidenciará as receitas e despesas de cada uma das unidades gestoras, especificando aqueles vínculos a fundos, autarquias, e aos orçamentos fiscais e da seguridade social, desdobrada as despesas por função, sub função, programa, projeto, atividade ou operação especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as portarias expedidas da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, relativas a normas de contabilidade pública, conforme anexos próprios definidos.

**Art. 22** - A mensagem de encaminhamento da proposta orçamentária será elaborada em conformidade com o que determina o art. 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/1964.

# IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

**Art. 23** - O Orçamento para exercício de 2021 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativos e Executivos, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e outras (art. 1º, § 1º 4º I, "a" e 48 LRF).

**Art. 24** - Os estudos para definição dos orçamentos da receita para 2021 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (art. 12 da LRF).

**Art. 25** - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativos e Executivos, de forma proporcional as suas dotações e observadas a fonte de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as dotações abaixo (art. 9º da LRF):

1. - projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;
2. - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
3. - dotação para combustíveis, obras, serviços públicos e agricultura; e
4. - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

**Art. 26** - As despesas obrigatórias de caráter continuado em relação à receita corrente líquida, programadas para 2021, poderão ser expandidas, tomando-se por base as despesas obrigatórias de caráter continuado fixadas na lei orçamentária anual para 2019 (art. 4º,

§ 2º da LRF), conforme demonstrado em anexo desta lei.

**Art. 27** - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do anexo próprio desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da reserva de contingência e também, com a redução dos investimentos municipais.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o executivo municipal poderá elaborar decreto, propondo anulação de recursos ordinários alocados para outras dotações não comprometidas.

**Art. 28** - O Orçamento para o exercício de 2021 destinará o valor de R$ 905.721,21 (novecentos e cinco mil, setecentos e vinte e um reais e vinte um centavos) da Receita Corrente Líquida – RCL, para compor a dotação da Reserva de Contingência, que será utilizado no atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, visando a obtenção de resultado primário positivo, se for o caso, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/1999, art. 5º e Portaria STN nº 163/2001, art. 8º (art. 5º III, "b" da LRF).

Parágrafo Único. Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes recursos não se concretizem, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

**Art. 29** - Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da lei orçamentária anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

**Art. 30** - O chefe do poder executivo municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da lei orçamentária anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para as Unidades Gestoras, se for o caso (art. 8º da LRF).

**Art. 31** - Os projetos e atividades priorizados na lei orçamentária para 2021 com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, serão executados prioritariamente com suas respectivas fontes, podendo receber complemento de fontes próprias para sua execução de acordo com o ingresso no fluxo de caixa. (art. 8º, § parágrafo único e 50, I da LRF).

**Art. 32** - A renúncia de receita estimada para o exercício de 2021, constante do anexo próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da LRF).

**Art. 33** - A transferência de recursos do tesouro municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo Único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 90 dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal (art. 70, parágrafo único da Constituição Federal).

**Art. 34** - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa e/ou inexigibilidade.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da LRF, é considerado despesas irrelevantes, aqueles decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2021, em cada evento, não exceda ao valor limite fixado no item I, “a” e no item II, “a” do art. 23 da Lei nº 8.666/1993, devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF).

**Art. 35** - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).

**Art. 36** - Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela administração municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

**Art. 37** - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2021 a preços correntes.

**Art. 38** - A execução do orçamento da despesa obedecerá, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, os valores fixados para cada grupo de despesa / modalidade de aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a legislação expedida pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, relativas às normas de contabilidade pública.

§ 1º - O Poder Executivo e o Legislativo poderão:

1. - mediante decreto, usando limites autorizados na Lei Orçamentária, suplementar as dotações orçamentárias e os créditos adicionais, quando houver, em decorrência da insuficiência dessas, obedecidos os preceitos do art. 43 da Lei Federal 4.320/64;
2. – mediante portaria, sem exceder os valores totais da Lei Orçamentária, bem como de cada Categoria Econômica, aprovados pelo Legislativo, transpor, remanejar, transferir ou utilizar total ou parcialmente os valores das dotações aprovadas para o orçamento.

§ 2º - A autorização para suplementação constará da lei orçamentária de 2021, conforme inteligência do § 8º do artigo 165 da Constituição Federal, limitado ao percentual de 30% (trinta por cento) do valor fixado para as despesas do exercício.

§ 3º - Os créditos adicionais abertos para cobertura de despesas a serem financiados com recursos de convênios, auxílios, contribuições ou outra forma de captação, oriundos de outras esferas de governo ou entidade, não serão computados no limite de que trata o parágrafo segundo deste artigo.

§ 4º - A criação de novos elementos de despesas e/ou alterações dos valores dos já existentes, fixados através do Quadro de Detalhamento das Despesas – QDD, quando não alterarem os valores votados pelo Legislativo para aquela previsão e acontecerem dentro do mesmo órgão e da mesma categoria econômica, poderão ser realizadas através de portarias editadas pelo titular da Unidade Gestora.**Art. 39** - Durante a execução orçamentária de 2021, o Poder Executivo Municipal, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2021 (art. 167, I da Constituição Federal).

**Art. 40** - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no art. 50, § 3º da LRF.

Parágrafo Único. Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, "e" da LRF).

**Art. 41** - Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrarem a Lei Orçamentária de 2021 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, I, "e" da LRF).

# - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

**Art. 42** - A Lei Orçamentária de 2021 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento às Despesas de Capital, observado o limite de endividamento, na forma estabelecida na LRF (art. 30, 31 e 32).

**Art. 43** - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, § 1º, I da LRF).

**Art. 44** - Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1°, II da LRF).

# - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

**Art. 45** - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2021 criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, concederem vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma de lei, observado os limites e as regras da LRF (art. 169,

§ 1º, II da Constituição Federal).

Parágrafo Único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2021.

**Art. 46** - Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2021, Executivo e Legislativo, não excederá em percentual da receita corrente líquida, a despesa verificado no exercício de 2020, acrescida com os índices da infração do ano, obedecido o limite prudencial de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente (art. 71 da LRF).

**Art. 47** - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a administração municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).

**Art. 48** - O orçamento do município para o exercício de 2021 conterá previsão para pagamento de precatórios expedidos pelos Tribunais do Trabalho e de Justiça, protocolados na Prefeitura Municipal até 15 de junho do ano corrente.

**Art. 49** - O Executivo municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20 da LRF):

I - eliminação de vantagens concedidas a servidores; II - eliminação das despesas com horas-extras;

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão; IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

**Art. 50** - Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no plano de cargos da administração municipal, ou ainda, atividades próprias da administração pública municipal, devendo, nos casos em que haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, fazer as devidas deduções.

Parágrafo Único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o “34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

# - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTARIA

**Art. 51** - O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (art. 14 da LRF).

**Art. 52** - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14 § 3º da LRF).

**Art. 53** - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do orçamento da receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2º da LRF).

# - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 54** - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2021, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

**Art. 55** - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria.

**Art. 56** - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

**Art. 57** - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal, Estadual, em todos os Poderes, através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município, bem como com entidades associativas, desportivas e culturais sem fins lucrativos que prestam serviços públicos de forma complementar.

**Art. 58** – Fica o Executivo Municipal autorizado a atualizar suas metas fiscais, constantes da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, para o ano de 2021, até o momento da elaboração da Lei Orçamentaria para o mesmo ano, na hipótese de ocorrência de fatos novos decorrentes de calamidade pública, que impliquem na mudança da situação financeira vindoura.

**Art. 59** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cruzeta - RN, em 26 de junho de 2020.

# JOSÉ SALLY DE ARAÚJO

**Prefeito Municipal**



|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZETA | Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil |
| **Despesa Orçamentária por Unidade Orçamentária e** | Exercício:**2021** |
|  | **Recursos Outras** |
| **Unidade** | **Orçamentária** | **Fontes** |
| **01.001** | **CAMARA MUNICIPAL** |  |
| 1063 | AMPLIAÇÃO, CONSERVAÇÃO E REFORMA DA SEDE DO PODER LEGISLATIVO |  |
| 1064 | PROJETO CAMARA CIDADÃ |  |
| 1065 | REAPARELHAMENTO E INFORMATIZAÇÃO DA CAMARA MUNICIPAL |  |
| 2001 | MANUTENCAO DOS SERVICOS DA CAMARA |  |
| **02.002** | **GABINETE DO PREFEITO** |  |
| 1001 | AQUISICAO DE VEICULO -GABINETE DO PREFEITO |  |
| 1022 | AQUISIÇÃO DE VEÍCULO - SETOR DE TRANSITO |  |
| 1069 | CONSTRUÇÃO DA SEDE DO CONSELHO TUTELAR |  |
| 1104 | APARELHAMENTO DO GABINETE E PREFEITURA |  |
| 1105 | APARELHAMENTO DO EFETIVO DA GUARDA MUNICIPAL |  |
| 1114 | AQUISIÇÃO DE VEICULO - GUARDA MUNICIPAL |  |
| 1115 | APARELHAMENTO DO EFETIVO DO SETOR DE TRANSITO |  |
| 2002 | MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO GABINETE |  |
| 2040 | MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR |  |
| 2062 | MANUT. DO CONSELHO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENTE |  |
| 2063 | MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENTE |  |
| 2064 | IMPLANTAÇÃO DE OUVIDORIA MUNICIPAL |  |
| 2068 | QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇAO DOS SERVIDORES DA GUARDA MUNICIPAL |  |
| 2071 | QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DO TRANSITO |  |
| 2094 | MANUTENCAO E ESTRUTURACAO PARA GUARDA MUNICIPAL |  |
| **04.004** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO E** |  |
|  | **TRIBUTACAO** |  |
| 1038 | IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DE FROTA |  |
| 1076 | AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE APOIO E DE INFORMÁTICA |  |
| 2003 | MANUT. DAS ATIV. DA SEC. DE ADM. E TRIBUTACAO |  |
| 2005 | ESTRUTURAÇÃO DA GESTÃO PATRIMONIAL |  |
| 2006 | CONTRIBUICAO AO PASEP |  |
| 2008 | AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA |  |
| 2119 | CONTRIBUIÇÃO A AMLAP, FEMURN E CNM |  |
| 2120 | DESENVOLVIMENTO DA POLITICA DE GESTÃO E CAPACITAÇÃO DE RH |  |
| **05.005** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS E PLANEJAMENTO** |  |
| 1002 | REESTRUTURAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DO SETOR FINANCEIRO |  |
| 2007 | MANUT. DAS ATIVIDADES DA SEC. DE FINANCAS E PLANEJAMENTO |  |

Top Down Consultoria Ltda.



|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZETA | Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil |
|  | **Despesa Orçamentária por Unidade Orçamentária e** | Exercício:**2021** |
|  |  | **Recursos Recursos Outras** |
| **Unidade** | **Orçamentária** | **Total do Tesouro Fontes** |
| 2048 | MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO |  |
| 2073 | FORMAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DE SERVIDORES DA SMFP |  |
| **06.006** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, CULTURA E** |  |
|  | **ESPORTE** |  |
| 1003 | AMPLIAÇÃO, REFORMA E REPARAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO |  |
| 1004 | APARELHAMENTO DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DA SECRETARIA |  |
| 1005 | AQUISICAO DE TRANSPORTE ESCOLAR |  |
| 1006 | ADESÃO AO PROINFÂNCIA PARA CONSTRUÇÃO DE CRECHE |  |
| 1007 | CONSTRUCAO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE QUADRAS ESPORTIVAS |  |
| 1008 | AMPLIAÇÃO DO APOIO A ASSOCIAÇÃO MUSICAL DE CRUZETA - AMUSIC |  |
| 1009 | PAGAMENTO DE FINANCIAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR |  |
| 1039 | CONSTRUÇÃO DE ARQUIBANCADAS E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO NO ESTÁDIO "O BOSCÃO" |  |
| 1053 | CONSTRUÇÃO DE ÁREA DE LAZER COM PARQUE INFANTIL PARA CRIANÇA |  |
| 1054 | REVITALIZAÇÃO DO PROJETO BOM DE BOLA, BOM DE NOTA |  |
| 1103 | AQUISIÇÃO DE VEÍCULO |  |
| 2009 | MANUT. DAS ATIVIDADES DO FUNDEB 40% |  |
| 2010 | MANUT. DAS ATIVIDADES DO FUNDEB 60% |  |
| 2011 | MANUTENCAO DO SALARIO EDUCACAO |  |
| 2012 | MANTENCAO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL |  |
| 2013 | MANUTENCAO DO ENSINO DE JOVENS E ADULTOS |  |
| 2014 | MANUTENCAO DO SETOR DA CULTURA |  |
| 2015 | INCENTIVO A GRUPOS DE DIVULGACAO CULTURAL |  |
| 2016 | MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO ENS. FUNDAMENTAL |  |
| 2017 | MANUTENCAO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS |  |
| 2018 | MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO |  |
| 2019 | MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO ENSINO SUPERIOR |  |
| 2020 | MANUTENCAO DO ENSINO MEDIO |  |
| 2021 | MANUTENCAO DO TRASNPORTE ESCOLAR |  |
| 2022 | APOIO AO PROGRAMA DE INCLUSAO DIGITAL |  |
| 2023 | PROGRAMA NAC. DE ALIMENT. ESCOLAR ENS. FUNDAMENTAL - PNAE |  |
| 2024 | PROG. NAC. DE ALIM. ESCOLAR PNAE - CRECHE |  |
| 2025 | PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE |  |
| 2050 | MANUTENCAO DA ATIV. DO ENSINO INFANTIL COM FUNDEB 60% |  |

Top Down Consultoria Ltda



|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | PREEITURA MUNICIPAL DE CRUZETA | Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil |  |
| **Despesa Orçamentária por Unidade Orçamentária e** | Exercício:**2021** |  |
|  | **Recursos Recursos Outras** |  |
| **Unidade** | **Orçamentária** | **Total do Tesouro Fontes** |  |
| 2055 | MANUTENCAO DAS ATIV. DO ENSINO INFANTIL COM FUNDEB 40% |  |  |
| **07.007** | **SECRETARIA MUNICIPAL INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS** |  |  |
|  | **URBANOS** |  |  |
| 1011 | CONSERVAÇÃO, RESTAURAÇÃO E RECOMPOSIÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS |  |  |
| 1012 | REAPARELHAMENTO E INFORMATIZAÇÃO DA SECRETARIA |  |  |
| 1013 | SINALIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DAS RUAS E AVENIDAS |  |  |
| 1016 | IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE SANEAMENTO BÁSICO |  |  |
| 1017 | CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, RECUPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS |  |  |
| 1019 | CONSTRUÇÃO E RECOMPOSIÇÃO DE CALÇAMENTO E MEIO-FIO |  |  |
| 1020 | AQUISICAO DE VEICULOS |  |  |
| 1021 | CONSTRUÇÃO DA GARAGEM DOS ÔNIBUS E MÁQUINAS |  |  |
| 1023 | URBANIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ACESSOS À CIDADE |  |  |
| 1025 | AQUISIÇÃO DOS CARRINHOS DE LIXO E LIXEIRAS |  |  |
| 1026 | CONSTRUÇÃO, MELHORIA E RESTAURAÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS |  |  |
| 1027 | CONSTRUÇÃO E MELHORIA DE PASSAGENS MOLHADAS E PONTES |  |  |
| 1028 | CONSTRUÇÃO E RESTAURAÇÃO ASFALTICAS DAS RUAS E ESTRADAS DO MUNICÍPIO |  |  |
| 2026 | MANUTENAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PUBLICA E PREDIOS MUNICIPAIS |  |  |
| 2027 | MANUTENCAO DOS SERVICOS DA SEC. INFRAESTRURA E SERV. URBANOS |  |  |
| 2077 | CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIDORES |  |  |
| 2078 | REALIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS |  |  |
| 2080 | CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE URBANISMO, TRÂNSITO E TRANSPORTE |  |  |
| 2093 | CONTRIBUIÇAO AO CONSORCIO PUBLICO REGIONAL DE RESIDUOS SOLIDOS |  |  |
| **08.008** | **SECRETARIA MUNICIPAL DESENV. ECONOMICO E TURISMO** |  |  |
| 2028 | GERAÇAO DE EMPREGO PARA JOVENS COM VAGAS DE ESTÁGIO(IEL) |  |  |
| 2049 | MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TURISMO |  |  |
| 2056 | INVESTIMENTO EM CURSOS PROFISSIONALIZANTES |  |  |
| 2074 | ESTRUTURAÇAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TURISMO |  |  |
| 2075 | REVITALIZAÇÃO DO CENTRO DE ARTESANATO NO MERCADO PUBLICO MUNICIPAL |  |  |
| **09.009** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** |  |  |
| 1029 | AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA |  |  |
| 1030 | AQUISICAO DE VEÍCULOS |  |  |

Top Down Consultoria Ltda.



|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZETA | Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil |
| **Despesa Orçamentária por Unidade Orçamentária e** | Exercício:**2021** |
|  | **Recursos Recursos Outras** |
| **Unidade** | **Orçamentária** | **Total do Tesouro Fontes** |
| 1031 | ESTRUTURAÇÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE |  |
| 1032 | REFORMA, AMPLIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE |  |
| 1050 | CONSTRUÇÃO DE ACADEMIAS DA SAÚDE |  |
| 1051 | AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS |  |
| 1057 | AQUISICAO DE VEICULO (AMBULANCIA) |  |
| 1060 | AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS |  |
| 1061 | REFORMA DO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS |  |
| 1062 | AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS |  |
| 2029 | MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE |  |
| 2030 | MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA - AFB |  |
| 2031 | MANUTENCAO DA ESTRATEGIA SAUDE DA FAMILIA - PSF |  |
| 2032 | MANUTENCAO DA ATENCAO BASICA - ACS |  |
| 2034 | MANUT. DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAUDE |  |
| 2035 | MANUTENCAO DA VIGILANCIA EM SAUDE |  |
| 2037 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC |  |
| 2058 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA |  |
| 2083 | MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SAUDE BUCAL - SB |  |
| 2084 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO NÚCLEO DE APOIO A SAÚDE DA FAMÍLIA - NASF |  |
| 2085 | MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO SAÚDE NA ESCOLA - PSE |  |
| 2108 | CONTRIBUIÇÃO A CONSÓRCIO DE SAÚDE |  |
| **10.010** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL** |  |
| 0001 | CONVENIOS E APOIO A ENTIDADES, PROJETOS E SERVIÇOS |  |
| 1033 | CONSTRUIR E RECUPERAR UNIDADES HABITACIONAIS NAS ZONAS URBANA E RURAL |  |
| 1034 | CONSTRUÇÃO DA SEDE DOS SERVIÇOS DE SCFV |  |
| 1046 | AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS |  |
| 1052 | AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS |  |
| 1066 | EQUIPAR E ESTRUTURAR AS UNIDADES QUE PRESTAM SERVIÇOS E PROGRAMAS PARA A INFÂNCIA E JUVENTUDE |  |
| 2038 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA |  |
| 2039 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE APOIO A ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO SUAS |  |
| 2041 | MANUTENÇÃO DO PROGRAMA FÁMILA ACOLHEDORA |  |
| 2043 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA BPC NA ESCOLA |  |
| 2044 | GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E DO CADASTRO ÚNICO - IGDPBF |  |

Top Down Consultoria Ltda.



|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZETA | Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil |
|  | **Despesa Orçamentária por Unidade Orçamentária e** | Exercício:**2021** |
|  |  | **Recursos Recursos Outras** |
| **Unidade** | **Orçamentária** | **Total do Tesouro Fontes** |
| 2045 | MANUTENÇÃO DO CONSELHO DA ASSISTENCIA SOCIAL |  |
| 2046 | FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL -IGDPBF |  |
| 2047 | MANUTENCAO E CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS |  |
| 2081 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL |  |
| 2082 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS - CRIANÇA FELIZ |  |
| 2092 | FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL - IGDSUAS |  |
| 2100 | IMPLEMENTAÇÃO DE OFICINAS ESPECIFICAS PARA GESTANTES |  |
| 2106 | CRIAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO NÚCLEO DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA |  |
| 2110 | IMPLANTAR PROGRAMA DA FAMILIA |  |
| 2111 | CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO FUNDO E CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO |  |
| 2112 | IMPLANTAÇÃO E FORTALECIMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIENCIA |  |
| 2114 | REALIZAÇÃO DAS CONFERENCIAS MUNICIPAIS DE ASSISTENCIA SOCIAL |  |
| 2124 | MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO NUCA (NUCLEO DE CIDADANIA DOS ADOLECENTES |  |
| 2125 | CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO NUCLEO MUNICIPAL DE EDUCACAO PERMANENTE DO SUAS |  |
| 2126 | MANUTENCAO DAS ATIVIDADES CULTURA E PAZ |  |
| **11.011** | **SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO** |  |
|  | **AMBIENTE E PESCA** |  |
| 1041 | CONSTRUÇÃO DE MATADOURO PÚBLICO |  |
| 1070 | CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE AÇUDES E BARRAGENS |  |
| 1074 | RECUPERAÇÃO E LIMPEZAS DE RIOS E AÇUDES PUBLICOS |  |
| 1075 | MANUTENÇÃO DOS AMBIENTES ARBORIZADOS |  |
| 1077 | PERFURAÇÃO DE POÇOS |  |
| 2053 | EQUIPAMENTO E MANUTENCAO DA SEC. DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E PESCA |  |
| 2054 | APOIO E INCENTIVO Á AGRICULTURA FAMILIAR |  |
| 2113 | APOIO A FESTA DA COLHEITA E TORNEIO LEITEIRO |  |
| 2115 | AMPLIAÇÃO DO PROGRAMA DE CISTERNAS |  |
| 2116 | APOIO A PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO |  |
| 2117 | APOIO ÁS CAMPANHAS CONTRA A FEBRE AFTOSA E BRUCELOSE |  |
| 2121 | MELHORIA DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MUNICIPIO |  |
| 2123 | PROGRAMA SEGURO SAFRA |  |
| **12.012** | **FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CRUZETA** |  |
| 1000 | MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO |  |

Top Down Consultoria Ltda.



|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZETA | Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil |
|  | **Despesa Orçamentária por Unidade Orçamentária e** | Exercício:**2020 -** Em R$ 1,00 |
|  |  | **Recursos Recursos Outras** |
| **Unidade** | **Orçamentária** | **Total do Tesouro Fontes** |
| 1055 | AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS |  |
| 1058 | CONTRUÇÃO DO PRÉDIO SEDE DO CRUZETA-PREV |  |
| 1059 | RECADASTRAMENTO DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS |  |
| 2086 | MANUTENCAO DO FUNDO E DO PAGAMENTO DE APOSENTADORIA, PENSÕES E |  |
| 2087 | MANUTENÇÃO DO FUNDO DE PREVIDENCIA DE CRUZETA-FUNPREV |  |
| 2090 | PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS DE APERFEIÇOAMENTO TÉCNICO |  |
| 9998 | RESERVA DE CONTIGENCIA |  |
| **99.099** | **RESERVA DE CONTIGENCIA** |  |
| 9999 | RESERVA DE CONTIGENCIA |  |

**Total:**

Top Down Consultoria Ltda.

**Prefeitura Municipal de Cruzeta** ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS I - RECEITAS

Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ESPECIFICAÇÃO** | **ARRECADADA** | | **ORÇADA** | **PREVISÃO** | | |
| **2018** | **2019** | **2020** | **2021** | **2022** | **2023** |
| RECEITAS CORRENTES | 19.314.535,03 | 20.882.855,71 | 21.650.100,00 | 22.643.030,25 | 24.025.181,76 | 24.963.117,91 |
| Receita Tributária | 677.889,97 | 723.837,22 | 764.188,00 | 767.267,45 | 805.630,83 | 829.799,75 |
| Receita de Contribuição | 1.114.622,93 | 1.166.850,39 | 1.808.100,00 | 1.248.529,92 | 1.310.956,41 | 1.337.175,54 |
| Receita Patrimonial | 432.534,25 | 581.977,59 | 956.400,00 | 622.716,02 | 653.851,82 | 666.928,86 |
| Receita Agropecuária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita Industrial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Serviços | 0,00 | 0,00 | 2.500,00 | 2.625,00 | 2.756,25 | 2.894,06 |
| Transferências Correntes | 19.191.123,42 | 20.632.191,22 | 19.731.975,00 | 22.311.776,98 | 23.677.365,83 | 24.624.460,46 |
| Dedução de Transferencias Correntes | -2.153.071,84 | -2.321.562,49 | -2.108.898,00 | -2.414.424,99 | -2.535.146,24 | -2.611.200,63 |
| Outras Receitas Correntes | 51.436,30 | 99.561,78 | 495.835,00 | 104.539,87 | 109.766,86 | 113.059,87 |
| RECEITA - INTRAORCAMENTÁRIA | 1.514.694,38 | 1.725.929,85 | 1.850.000,00 | 1.829.485,64 | 1.920.959,92 | 1.978.588,72 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 1.099.797,00 | 453.794,39 | 499.900,00 | 527.484,11 | 553.858,31 | 558.293,36 |
| Operações de Crédito | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Bens | 0,00 | 0,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.050,00 | 1.102,50 |
| Amortização de Empréstimos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências de Capital | 1.099.797,00 | 453.794,39 | 448.900,00 | 476.484,11 | 500.308,31 | 502.065,86 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 | 50.000,00 | 52.500,00 | 55.125,00 |
| **Total** | **21.929.026,41** | **23.062.579,95** | **24.000.000,00** | **25.000.000,00** | **26.500.000,00** | **27.500.000,00** |

Cruzeta-RN, em 24 de junho de 2020.

**José Sally de Araújo**

Prefeito Municipal

**Paulo César Rodrigues de Araújo**

Sec. Mun. De Administração e de Tributação

**Prefeitura Municipal de Cruzeta** ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS I - RECEITAS

Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF

**Receita Tributárias**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Metas Anuais | Valor Nominal - R$ | Variação % |
| 2018 | 677.889,97 |  |
| 2019 | 723.837,22 | 6,78 |
| 2020 | 764.188,00 | 5,57 |
| 2021 | 767.267,45 | 0,40 |
| 2022 | 805.630,83 | 5,00 |
| 2023 | 829.799,75 | 3,00 |

**Nota:**

As correções dessa receita foram feitas prevendo um aumento gradual, fruto de uma política de intensificação da fiscalização tributária e modernização da Secretaria.

**Receita de Contribuição**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Metas Anuais | Valor Nominal - R$ | Variação % |
| 2018 | 1.114.622,93 |  |
| 2019 | 1.166.850,39 | 4,69 |
| 2020 | 1.808.100,00 | 54,96 |
| 2021 | 1.248.529,92 | -30,95 |
| 2022 | 1.310.956,41 | 5,00 |
| 2023 | 1.337.175,54 | 2,00 |

**Nota:**

O aumento gradual e constante previsto para essa receita foi observado de forma que os valores sejam corrigidos baseados nos índices de inflação previstos para o período.

**Receita Patrimonial**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Metas Anuais | Valor Nominal - R$ | Variação % |
| 2018 | 432.534,25 |  |
| 2019 | 581.977,59 | 0,00 |
| 2020 | 956.400,00 | 0,00 |
| 2021 | 622.716,02 | -34,89 |
| 2022 | 653.851,82 | 5,00 |
| 2023 | 666.928,86 | 2,00 |

**Nota:**

Esta receita apresenta crescimento constante, seguindo a premissa de que o Município através de um planejamento mais apurado terá como resultado um aumento na receita resultante de aplicações financeiras.

**Prefeitura Municipal de Cruzeta** ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS I - RECEITAS

Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF

**Transferências Correntes**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Metas Anuais | Valor Nominal - R$ | Variação % |
| 2018 | 19.191.123,42 |  |
| 2019 | 20.632.191,22 | 7,51 |
| 2020 | 19.731.975,00 | -4,36 |
| 2021 | 22.311.776,98 | 13,07 |
| 2022 | 23.677.365,83 | 6,12 |
| 2023 | 24.624.460,46 | 4,00 |

**Nota:**

O aumento gradual e constante previsto para essa receita foi observado de forma que os valores sejam corrigidos baseados nos índices de inflação previstos para o período.

**Outras Receitas Correntes**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Metas Anuais | Valor Nominal - R$ | Variação % |
| 2018 | 51.436,30 |  |
| 2019 | 99.561,78 | 93,56 |
| 2020 | 495.835,00 | 398,02 |
| 2021 | 104.539,87 | -78,92 |
| 2022 | 109.766,86 | 5,00 |
| 2023 | 113.059,87 | 3,00 |

**Nota:**

Nessa receita a expectativa é de aumento constante e em percentuais iguais aos previstos para correção da inflação para os períodos previstos nesta Lei.

**Operações de Crédito**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Metas Anuais | Valor Nominal - R$ | Variação % |
| 2018 | 0,00 |  |
| 2019 | 0,00 | 0,00 |
| 2020 | 0,00 | 0,00 |
| 2021 | 0,00 | 0,00 |
| 2022 | 0,00 | 0,00 |
| 2023 | 0,00 | 0,00 |

**Nota:**

Seguindo a linha de previsão utilizada para as demais receitas, foi previsto também para essa os mesmos índices. Não foi prevista a arrecadação dessa receita para o ano de 2008, por expressa vedação da Lei Complementar nº 101/2000,



**Prefeitura Municipal de Cruzeta** ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS I - RECEITAS

Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF

**Alienação de bens**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Metas Anuais | Valor Nominal - R$ | Variação % |
| 2018 | 0,00 |  |
| 2019 | 0,00 | 0,00 |
| 2020 | 1.000,00 | 0,00 |
| 2021 | 1.000,00 | 0,00 |
| 2022 | 1.050,00 | 5,00 |
| 2023 | 1.102,50 | 5,00 |

**Nota:**

Seguindo a linha de previsão utilizada para as demais receitas, foi previsto também para essa os mesmos índices de correção.

**Transferências de Capital**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Metas Anuais | Valor Nominal - R$ | Variação % |
| 2018 | 1.099.797,00 |  |
| 2019 | 453.794,39 | 0,00 |
| 2020 | 448.900,00 | 0,00 |
| 2021 | 476.484,11 | 6,14 |
| 2022 | 500.308,31 | 5,00 |
| 2023 | 502.065,86 | 0,35 |

**Nota:**

Nesse grupo de receitas estão previstos os Convênios, tanto os convênios com a União quanto com o Estado, obedecendo-se as previsões contidas no PPA do município.

**Outras Receitas de Capital**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Metas Anuais | Valor Nominal - R$ | Variação % |
| 2018 | 0,00 |  |
| 2019 | 0,00 | 0,00 |
| 2020 | 50.000,00 | 0,00 |
| 2021 | 50.000,00 | 0,00 |
| 2022 | 52.500,00 | 5,00 |
| 2023 | 55.125,00 | 5,00 |

**Nota:**

Seguindo a linha de previsão utilizada para as demais receitas, foi previsto também para essa os mesmos índices de correção.

**Prefeitura Municipal de Cruzeta** ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS II - DESPESAS

Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE**  **NATUREZA DE DESPESAS** | **EXECUTADA** | | **ORÇADA** | **PREVISÃO** | | |
| **2018** | **2019** | **2020** | **2021** | **2022** | **2023** |
| DESPESAS CORRENTES ( I )\* | 20.004.787,26 | 22.031.257,36 | 21.181.111,00 | 23.340.898,58 | 24.759.559,10 | 25.689.797,61 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 14.596.283,39 | 15.961.035,16 | 15.426.667,00 | 15.580.933,67 | 16.359.980,35 | 16.687.179,96 |
| Juros e Encargos da Dívida | 59.713,81 | 82.549,22 | 65.800,00 | 69.090,00 | 70.471,80 | 72.585,95 |
| Outras Despesas Correntes | 5.348.790,06 | 5.987.672,98 | 5.688.644,00 | 7.690.874,91 | 8.329.106,94 | 8.930.031,69 |
| DESPESAS DE CAPITAL ( II )\* | 1.931.314,63 | 609.414,58 | 2.295.350,00 | 753.380,21 | 798.490,85 | 858.832,83 |
| Investimentos | 1.800.455,88 | 493.253,50 | 2.034.850,00 | 636.057,52 | 680.581,54 | 735.028,06 |
| Inversões Financeiras | 0,00 | 0,00 | 15.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização da Dívida | 130.858,75 | 116.161,08 | 245.000,00 | 117.322,69 | 117.909,30 | 123.804,77 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 0,00 | 0,00 | 523.539,00 | 905.721,21 | 941.950,06 | 951.369,56 |
| **Total** | **21.936.101,89** | **22.640.671,94** | **24.000.000,00** | **25.000.000,00** | **26.500.000,00** | **27.500.000,00** |

**(\*)Informo que as despesas (intra orçamentarias) estão incluídas.**

Cruzeta-RN, em 24 de junho de 2020.

**José Sally de Araújo**

Prefeito Municipal

**Paulo César Rodrigues de Araújo**

Sec. Mun. De Administração e de Tributação

**Prefeitura Municipal de Cruzeta** ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

II.a - DESPESAS

Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF

**Pessoal e Encargos Sociais**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Metas Anuais | Valor Nominal - R$ | Variação % |
| 2018 | 14.596.283,39 |  |
| 2019 | 15.961.035,16 | 9,35 |
| 2020 | 15.426.667,00 | -3,35 |
| 2021 | 15.580.933,67 | 1,00 |
| 2022 | 16.359.980,35 | 5,00 |
| 2023 | 16.687.179,96 | 2,00 |

**Nota:**

Esse grupo de despesas apresenta um aumento gradual baseado nos índices de inflação previstos para o período.

**Juros e Encargos da Dívida**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Metas Anuais | Valor Nominal - R$ | Variação % |
| 2018 | 59.713,81 |  |
| 2019 | 82.549,22 | 0,00 |
| 2020 | 65.800,00 | 0,00 |
| 2021 | 69.090,00 | 5,00 |
| 2022 | 70.471,80 | 2,00 |
| 2023 | 72.585,95 | 3,00 |

**Nota:**

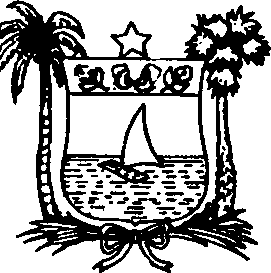
Esse grupo de despesas apresenta um aumento gradual baseado nos índices de inflação previstos para o período.

**Outras Despesas Correntes**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Metas Anuais | Valor Nominal - R$ | Variação % |
| 2018 | 5.348.790,06 |  |
| 2019 | 5.987.672,98 | 11,94 |
| 2020 | 5.688.644,00 | -4,99 |
| 2021 | 7.690.874,91 | 35,20 |
| 2022 | 8.329.106,94 | 8,30 |
| 2023 | 8.930.031,69 | 7,21 |

**Nota:**

Esse grupo de despesas apresenta um aumento gradual baseado nos índices de inflação previstos para o período.

**Prefeitura Municipal de Cruzeta** ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

II.a - DESPESAS

Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF

**Investimentos**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Metas Anuais | Valor Nominal - R$ | Variação % |
| 2018 | 1.800.455,88 |  |
| 2019 | 493.253,50 | -72,60 |
| 2020 | 2.034.850,00 | 312,54 |
| 2021 | 636.057,52 | -68,74 |
| 2022 | 680.581,54 | 7,00 |
| 2023 | 735.028,06 | 8,00 |

**Nota:**

Esse grupo de despesas apresenta um aumento gradual baseado nos índices de inflação previstos para o período.

**Inversões Financeiras**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Metas Anuais | Valor Nominal - R$ | Variação % |
| 2018 | 0,00 |  |
| 2019 | 0,00 | 0,00 |
| 2020 | 15.500,00 | 0,00 |
| 2021 | 0,00 | 0,00 |
| 2022 | 0,00 | 0,00 |
| 2023 | 0,00 | 0,00 |

**Nota:**

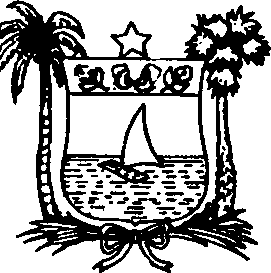
Esse grupo de despesas apresenta um aumento gradual baseado nos índices de inflação previstos para o período.

**Amortização da Dívida**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Metas Anuais | Valor Nominal - R$ | Variação % |
| 2018 | 130.858,75 |  |
| 2019 | 116.161,08 | -11,23 |
| 2020 | 245.000,00 | 110,91 |
| 2021 | 117.322,69 | -52,11 |
| 2022 | 117.909,30 | 0,50 |
| 2023 | 123.804,77 | 5,00 |

**Nota:**

Esse grupo de despesas apresenta um aumento gradual baseado nos índices de inflação previstos para o período.

**Prefeitura Municipal de Cruzeta** ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

II.a - DESPESAS

Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF

**RESERVA DE CONTINGÊNCIA**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Metas Anuais | Valor Nominal - R$ | Variação % |
| 2018 | 0,00 | 0,00 |
| 2019 | 0,00 | 0,00 |
| 2020 | 523.539,00 | 0,00 |
| 2021 | 905.721,21 | 73,00 |
| 2022 | 941.950,06 | 4,00 |
| 2023 | 951.369,56 | 1,00 |

**Nota:**

Os recursos destinados a Reserva de Contingência apresenta uma variação baseada nas de cada o período.

**Prefeitura Municipal de Cruzeta** ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS III - RESULTADO PRIMÁRIO

Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ESPECIFICAÇÃO** | **2018** | **2019** | **2020** | **2021** | **2022** | **2023** |
| RECEITAS CORRENTES ( I ) | 19.314.535,03 | 20.882.855,71 | 21.650.100,00 | 22.643.030,25 | 24.025.181,76 | 24.963.117,91 |
| Receitas Tributárias | 677.889,97 | 723.837,22 | 764.188,00 | 767.267,45 | 805.630,83 | 829.799,75 |
| Receitas de Contribuição | 1.114.622,93 | 1.166.850,39 | 1.808.100,00 | 1.248.529,92 | 1.310.956,41 | 1.337.175,54 |
| Receita Patrimonial | 432.534,25 | 581.977,59 | 956.400,00 | 622.716,02 | 653.851,82 | 666.928,86 |
| Aplicações Financeiras ( II ) | 0,00 | 0,00 | 836.850,00 | 544.876,52 | 572.120,34 | 583.562,75 |
| Outras Receitas Patrimoniais | 0,00 | 0,00 | 119.550,00 | 77.839,50 | 81.731,48 | 83.366,11 |
| Receita Agropecuária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita Industrial | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita de Serviços | 0,00 | 0,00 | 2.500,00 | 2.625,00 | 2.756,25 | 2.894,06 |
| Transferências Correntes | 19.191.123,42 | 20.632.191,22 | 19.731.975,00 | 22.311.776,98 | 23.677.365,83 | 24.624.460,46 |
| Outras Receitas Correntes | 19.314.535,03 | 20.882.855,71 | 21.650.100,00 | 22.643.030,25 | 24.025.181,76 | 24.963.117,91 |
| RECEITAS FISCAIS CORRENTES ( III ) = ( I - II ) | 19.314.535,03 | 20.882.855,71 | 20.813.250,00 | 22.098.153,73 | 23.453.061,42 | 24.379.555,16 |
| RECEITAS DE CAPITAL ( IV ) | 1.099.797,00 | 453.794,39 | 499.900,00 | 527.484,11 | 553.858,31 | 558.293,36 |
| Operações de Crédito ( V ) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de Bens ( VI ) | 0,00 | 0,00 | 1.000,00 | 1.000,00 | 1.050,00 | 1.102,50 |
| Amortização de Empréstimos ( VII ) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Transferências de Capital | 1.099.797,00 | 453.794,39 | 448.900,00 | 476.484,11 | 500.308,31 | 502.065,86 |
| Outras Receitas de Capital | 0,00 | 0,00 | 50.000,00 | 50.000,00 | 52.500,00 | 55.125,00 |
| Receitas Fiscais de Capital ( VIII )= ( IV - V - VI - VII ) | 1.099.797,00 | 453.794,39 | 498.900,00 | 526.484,11 | 552.808,31 | 557.190,86 |
| **RECEITAS NÃO FINANCEIRAS (OU RECEITAS FISCAIS LÍQUIDAS) ( IX ) = ( III + VIII )** | **20.414.332,03** | **21.336.650,10** | **21.312.150,00** | **22.624.637,84** | **24.005.869,73** | **24.936.746,02** |
| **RECEITA TOTAL** | **21.929.026,41** | **23.062.579,95** | **24.000.000,00** | **25.000.000,00** | **26.500.000,00** | **27.500.000,00** |
| DESPESAS CORRENTES ( X ) | 20.004.787,26 | 22.031.257,36 | 21.181.111,00 | 23.340.898,58 | 24.759.559,10 | 25.689.797,61 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 14.596.283,39 | 15.961.035,16 | 15.426.667,00 | 15.580.933,67 | 16.359.980,35 | 16.687.179,96 |
| Juros e Encargos da Dívida ( XI ) | 59.713,81 | 82.549,22 | 65.800,00 | 69.090,00 | 70.471,80 | 72.585,95 |
| Outras Despesas Correntes | 5.348.790,06 | 5.987.672,98 | 5.688.644,00 | 7.690.874,91 | 8.329.106,94 | 8.930.031,69 |
| DESPESAS FISCAIS CORRENTES ( XII ) = ( X - XI) | 19.945.073,45 | 21.948.708,14 | 21.115.311,00 | 23.271.808,58 | 24.689.087,30 | 25.617.211,65 |
| DESPESAS DE CAPITAL ( XIII ) | 1.931.314,63 | 609.414,58 | 2.295.350,00 | 753.380,21 | 798.490,85 | 858.832,83 |
| Investimentos | 1.800.455,88 | 493.253,50 | 2.034.850,00 | 636.057,52 | 680.581,54 | 735.028,06 |
| Inversões Financeiras | 0,00 | 0,00 | 15.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização da Dívida ( XIV ) | 130.858,75 | 116.161,08 | 245.000,00 | 117.322,69 | 117.909,30 | 123.804,77 |
| DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL ( XV ) = (XIII - XIV ) | 1.800.455,88 | 493.253,50 | 2.050.350,00 | 636.057,52 | 680.581,54 | 735.028,06 |
| RESERVA DE CONTIGÊNCIA ( XVI ) | 0,00 | 0,00 | 523.539,00 | 905.721,21 | 941.950,06 | 951.369,56 |
| **DESPESAS NÃO-FINANCEIRAS (OU DESPESAS**  **FISCAIS LÍQUIDAS) ( XVII ) = ( XII + XV + XVI )** | **21.745.529,33** | **22.441.961,64** | **23.689.200,00** | **24.813.587,30** | **26.311.618,90** | **27.303.609,27** |
| **DESPESA TOTAL** | **21.936.101,89** | **22.640.671,94** | **24.000.000,00** | **25.000.000,00** | **26.500.000,00** | **27.500.000,00** |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **RESULTADO PRIMÁRIO ( IX - XVIII )** | -1.331.197,30 | -1.105.311,54 | -2.377.050,00 | -2.188.949,47 | -2.305.749,17 | -2.366.863,25 |

Cruzeta-RN, em 24 de junho de 2020.

**José Sally de Araújo**

Prefeito Municipal

**Paulo César Rodrigues de Araújo**

Sec. Mun. De Administração e de Tributação

**Prefeitura Municipal de Cruzeta** ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS IV - RESULTADO NOMINAL

Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **2018**  **(b)** | **2019**  **(c)** | **2020**  **(d)** | **2021**  **(e)** | **2022**  **(f)** | **2023**  **(g)** |
| DÍVIDA CONSOLIDADA ( I ) | 927.286,16 | 829.688,21 | 746.719,39 | 690.715,43 | 638.911,78 | 590.993,39 |
| DEDUÇÕES ( II ) | 5.451.045,99 | 5.969.640,50 | 5.372.676,45 | 4.835.408,81 | 4.351.867,92 | 3.916.681,13 |
| Ativo Disponível | 6.196.895,24 | 7.072.944,25 | 6.365.649,83 | 5.729.084,84 | 5.156.176,36 | 4.640.558,72 |
| Haveres Financeiros | 0,00 | 0,00 | - | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| ( - )Restos a Pagar Processados | 745.849,25 | 1.103.303,75 | 992.973,38 | 893.676,04 | 804.308,43 | 723.877,59 |
| DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA ( III ) = ( I - II ) | (4.523.759,83) | (5.139.952,29) | (4.625.957,06) | (4.144.693,37) | (3.712.956,15) | (3.325.687,74) |
| RECEITA DE PRVATIZAÇÕES ( IV ) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| PASSIVOS RECONHECIDOS ( V ) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DÌVIDA FISCAL LÍQUIDA ( IIII + IV -V ) | (4.523.759,83) | (5.139.952,29) | (4.625.957,06) | (4.144.693,37) | (3.712.956,15) | (3.325.687,74) |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Resultado Nominal** | **(b - a\*)** | **(c - b)** | **(d - c)** | **(e - d)** | **(f - e)** | **(g - f)** |
| **(312.142,50)** | **(616.192,46)** | **513.995,23** | **481.263,69** | **431.737,22** | **387.268,41** |

**Notas:**

-O cálculo Das Metas Anuais Relativas ao resultado Nominal, foi executado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional.

\* Refere-se ao valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício de 2017 -R$ 4.211.617,33

Cruzeta-RN, em 24 de junho de 2020.

**José Sally de Araújo**

Prefeito Municipal

**Paulo César Rodrigues de Araújo**

Sec. Mun. De Administração e de Tributação

**Prefeitura Municipal de Cruzeta** ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS V - MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA

Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF

**(R$)**

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ESPECIFICAÇÃO** | **2017** | **2018** | **2019** | **2020** | **2021** | **2022** | **2023** |
| DÍVIDA CONSOLIDADA ( I ) | 1.030.475,65 | 927.286,16 | 829.688,21 | 746.719,39 | 690.715,43 | 638.911,78 | 590.993,39 |
| Dívida Mobiliária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Dívidas | 1.030.475,65 | 927.286,16 | 829.688,21 | 746.719,39 | 690.715,43 | 638.911,78 | 590.993,39 |
| DEDUÇÕES ( II ) | 5.242.092,98 | 5.451.045,99 | 5.969.640,50 | 5.372.676,45 | 4.835.408,81 | 4.351.867,92 | 3.916.681,13 |
| Ativo Disponível | 5.459.416,03 | 6.196.895,24 | 7.072.944,25 | 6.365.649,83 | 5.729.084,84 | 5.156.176,36 | 4.640.558,72 |
| Haveres Financeiros | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| ( - ) Restos a Pagar | 217.323,05 | 745.849,25 | 1.103.303,75 | 992.973,38 | 893.676,04 | 804.308,43 | 723.877,59 |

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Dívida Consolidada Líquida** | **-4.211.617,33** | **-4.523.759,83** | **-5.139.952,29** | **-4.625.957,06** | **-4.144.693,37** | **-3.712.956,15** | **-3.325.687,74** |

Notas:

Cruzeta-RN, em 24 de junho de 2020.

**José Sally de Araújo**

Prefeito Municipal

**Paulo César Rodrigues de Araújo**

Sec. Mun. De Administração e de Tributação

**Prefeitura Municipal de Cruzeta** ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo I - Metas Anuais Art. 4º, §1º da LRF

**(R$)**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ESPECIFICAÇÃO** | **2021** | | | **2022** | | | **2023** | | |
| **Valor Corrente**  **(a)** | **Valor Constante** | **% PIB (a/PIB)**  **x 100** | **Valor Corrente**  **(a)** | **Valor Constante** | **% PIB (a/PIB)**  **x 100** | **Valor Corrente**  **(a)** | **Valor Constante** | **% PIB (a/PIB)**  **x 100** |
| Receita Total | 25.000.000,00 | 24.084.778,42 | 0,038 | 26.500.000,00 | 25.603.864,73 | 0,040 | 27.500.000,00 | 26.570.048,31 | 0,041 |
| Receita Não-Financeira ( I ) | 24.454.123,48 | 23.558.885,82 | 0,037 | 25.926.829,65 | 25.050.076,96 | 0,039 | 26.915.334,74 | 26.005.154,34 | 0,039 |
| Despesa Total | 25.000.000,00 | 24.084.778,42 | 0,038 | 26.500.000,00 | 25.603.864,74 | 0,040 | 27.500.000,00 | 26.570.048,31 | 0,040 |
| Despesa Não-Financeira ( II ) | 24.813.587,30 | 23.905.190,08 | 0,038 | 26.311.618,90 | 25.421.854,01 | 0,040 | 27.303.609,27 | 26.380.298,82 | 0,039 |
| Resultado Primário | (2.188.949,47) | (2.108.814,51) | -0,003 | (2.305.749,17) | (2.227.776,97) | -0,003 | (2.366.863,25) | (2.286.824,40) | -0,003 |
| Resultado Nominal | 481.263,69 | 463.645,17 | 0,001 | 431.737,22 | 417.137,41 | 0,001 | 387.268,41 | 374.172,38 | 0,001 |
| Dívida Pública Consolidada | 690.715,43 | 665.429,13 | 0,001 | 638.911,78 | 617.306,06 | 0,001 | 590.993,39 | 571.008,11 | 0,001 |
| Dívida Consolidada Líquida | (4.144.693,37) | (3.992.960,86) | -0,006 | (3.712.956,15) | (3.587.397,24) | -0,006 | (3.325.687,74) | (3.213.224,87) | -0,005 |

Nota:

- O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **VARIÁVEIS** | **2021** | **2022** | **2023** |
| PIB real (crescimento % anual) | 1,01 | 1,01 | 1,01 |
| Taxa real e juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual) | 6,00 | 6,50 | 6,50 |
| Câmbio (R$/US$ - Final do Ano) | 4,15 | 4,11 | 4,15 |
| Inflação média (% anual) projetada com base em índices oficiais de inflação | 3,75 | 3,50 | 3,50 |
| Projeção do PIB do Estado - R$ milhares | 65.717.000.000,00 | 66.440.000.000,00 | 67.171.000.000,00 |

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **2021** | **2022** | **2023** |
| Valor Corrente/1,038 | Valor Corrente/1,035 | Valor Corrente/1,035 |

Cruzeta-RN, em 24 de junho de 2020.

**José Sally de Araújo**

Prefeito Municipal

**Paulo César Rodrigues de Araújo**

Sec. Mun. De Administração e de Tributação

**Prefeitura Municipal de Cruzeta** ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior Art. 4º, §2º, inciso I da LRF

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ESPECIFICAÇÃO** | **Metas Previstas 2019**  **(a)** | **% PIB** | **Metas Realizadas 2019**  **(b)** | **% PIB** | **Variação** | |
| **Valor**  **(c) = (b - a)** | **%**  **(c/a) x 100** |
| Receita Total | 25.500.000,00 | 0,043 | 23.062.579,95 | 0,043 | -2.437.420,05 | -2.437.420,05 |
| Receita Não-Financeira ( I ) | 22.959.750,00 | 0,038 | 23.062.579,95 | 0,038 | 102.829,95 | 102.829,95 |
| Despesa Total | 25.500.000,00 | 0,043 | 22.640.671,94 | 0,043 | -2.859.328,06 | -2.859.328,06 |
| Despesa Não-Financeira ( II ) | 25.203.000,00 | 0,042 | 22.441.961,64 | 0,042 | -2.761.038,36 | -2.761.038,36 |
| Resultado Primário ( I - II ) | -2.243.250,00 | -0,004 | 620.618,31 | -0,004 | 2.863.868,31 | 2.863.868,31 |
| Resultado Nominal | 1.015.587,75 | 0,002 | -616.192,46 | 0,002 | -1.631.780,21 | -1.631.780,21 |
| Dívida Pública Consolidada | 1.697.069,97 | 0,003 | 829.688,21 | 0,003 | -867.381,76 | -867.381,76 |
| Dívida Consolidada Líquida | 9.140.289,75 | 0,015 | -5.139.952,29 | 0,015 | -14.280.242,04 | -14.280.242,04 |

Nota:

|  |  |
| --- | --- |
| **ESPECIFICAÇÃO** | **VALOR** |
| Valor estimado do PIB Estadual para 2016 | 59.677.000.000,00 |
| Valor efetivo (realizado) do PIB Estadual para 2017 | 64.295.000.000,00 |

Cruzeta-RN, em 24 de junho de 2020.

**José Sally de Araújo**

Prefeito Municipal

**Paulo César Rodrigues de Araújo**

Sec. Mun. De Administração e de Tributação

**Prefeitura Municipal de Cruzeta** ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo III - Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercicios Anteriores

Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ESPECIFICAÇÃO** | **VALORES A PREÇOS CORRENTES** | | | | | | | | | | |
| **2018** | **2019** | **%** | **2020** | **%** | **2021** | **%** | **2022** | **%** | **2023** | **%** |
| Receita Total | 21.929.026,41 | 23.062.579,95 | 5,2 | 24.000.000,00 | 4,1 | 25.000.000,00 | 4,2 | 26.500.000,00 | 6,1 | 27.500.000,00 | 3,7736 |
| Receita Não Financeira ( I ) | 21.336.650,10 | 23.062.579,95 | 8,1 | 22.624.637,84 | -1,9 | 24.454.123,48 | 8,1 | 25.926.829,65 | 5,9 | 26.915.334,74 | 3,8127 |
| Despesa Total | 21.936.101,89 | 22.640.671,94 | 3,2 | 24.000.000,00 | 6,0 | 25.000.000,00 | 4,2 | 26.500.000,00 | 6,0 | 27.500.000,00 | 3,7736 |
| Despesa Não Financeira ( II ) | 22.441.961,64 | 22.441.961,64 | 0,0 | 24.813.587,30 | 10,6 | 24.813.587,30 | 0,0 | 26.311.618,90 | 6,0 | 27.303.609,27 | 3,7702 |
| Resultado Primário ( I - II ) | -1.105.311,54 | 620.618,31 | -156,1 | -2.188.949,47 | -452,7 | -2.188.949,47 | 0,0 | (2.305.749,17) | -24,3 | (2.366.863,25) | 2,6505 |
| Resultado Nominal | -312.142,50 | -616.192,46 | 97,4 | 513.995,23 | -183,4 | 481.263,69 | -6,4 | 431.737,22 | -7,2 | 387.268,41 | -10,3 |
| Dívida Pública Consolidada | 927.286,16 | 829.688,21 | -10,5 | 746.719,39 | -10,0 | 690.715,43 | -7,5 | 638.911,78 | 1,2 | 590.993,39 | -7,5 |
| Dívida Líquida Consolidada | -4.523.759,83 | -5.139.952,29 | 13,6 | -4.625.957,06 | -10,0 | -4.144.693,37 | -10,4 | (3.712.956,15) | -10,4 | (3.325.687,74) | -10,43 |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ESPECIFICAÇÃO** | **VALORES A PREÇOS CORRENTES** | | | | | | | | | | |
| **2018** | **2019** | **%** | **2020** | **%** | **2021** | **%** | **2022** | **%** | **2023** | **%** |
| Receita Total | 22.751.364,90 | 24.056.577,15 | 5,7 | 24.960.000,00 | 3,8 | 24.084.778,42 | -3,5 | 25.603.864,73 | 6,3 | 26.570.048,31 | 3,8 |
| Receita Não Financeira ( I ) | 22.136.774,48 | 24.056.577,15 | 8,7 | 23.529.623,35 | -2,2 | 23.558.885,82 | 0,1 | 25.050.076,96 | 6,3 | 26.005.154,34 | 3,8 |
| Despesa Total | 22.758.705,71 | 23.616.484,90 | 3,8 | 24.960.000,00 | 5,7 | 24.084.778,42 | -3,5 | 25.603.864,74 | 6,3 | 26.570.048,31 | 3,8 |
| Despesa Não Financeira ( II ) | 23.283.535,20 | 23.409.210,19 | 0,5 | 25.806.130,80 | 10,2 | 23.905.190,08 | -7,4 | 25.421.854,01 | 6,3 | 26.380.298,82 | 3,8 |
| Resultado Primário ( I - II ) | -1.146.760,72 | 647.366,96 | -156,5 | -2.276.507,44 | -451,7 | -2.108.814,51 | -7,4 | -2.227.776,97 | 5,6 | -2.286.824,40 | 2,7 |
| Resultado Nominal | -323.847,84 | -642.750,36 | 98,5 | 534.555,04 | -183,2 | 463.645,17 | -13,3 | 417.137,41 | -10,0 | 374.172,38 | -10,3 |
| Dívida Pública Consolidada | 962.059,39 | 865.447,77 | -10,0 | 776.588,16 | -10,3 | 665.429,13 | -14,3 | 617.306,06 | -7,2 | 571.008,11 | -7,5 |
| Dívida Líquida Consolidada | -4.693.400,82 | -5.361.484,23 | 14,2 | -4.810.995,34 | -10,3 | -3.992.960,86 | -17,0 | -3.587.397,24 | -10,2 | -3.213.224,87 | -10,4 |

**Nota:**

Metodologia de Cálculos dos Valores Constantes

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **INDICES DE INFLAÇÃO** | | | | | |
| **2018** | **2019** | **2020** | **2021** | **2022** | **2023** |
| 3,75 | 4,31 | 4,00 | 3,75 | 3,63 | 3,78 |
| **VALORES DE REFERÊNCIA** | | | | | |
| **Valor Corrente x 1,0375** | **Valor Corrente x 1,0431** | **Valor Corrente x 1,0400** | **Valor Corrente / 1,0375** | **Valor Corrente / 1,0363** | **Valor Corrente / 1,0378** |

\* Inflação Média ( % anual) projetada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo IBGE.

Cruzeta-RN, em 24 de junho de 2020.

**José Sally de Araújo**

Prefeito Municipal

**Paulo César Rodrigues de Araújo**

Sec. Mun. De Administração e de Tributação

**Prefeitura Municipal de Cruzeta** ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com Alienação de Ativos

Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **RECEITAS**  **REALIZADAS** | **2019**  **(a)** | **2018**  **(d)** | **2017** |
| RECEITA DE CAPITAL  Receita de Alienação de Ativos Alienação de Bens Móveis Alinação de Bens imóveis | 0,00  0,00 | 0,00  0,00 | 0,00  0,00 |
| **TOTAL** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **DESPESAS**  **LIQUIDADAS** | **2019**  **(b)** | **2018**  **(e)** | **2017** |
| APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS |  |  |  |
| DESPESAS DE CAPITAL |  |  |  |
| Investimentos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Inversões Financeiras | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização da Dívida | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID. |  |  |  |
| Regime Geral de Previdência Social | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Regime Próprio dos Servidores Públicos | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **TOTAL** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ( III ) = ( I - II )** | (c)=(a-b)+(f) | (f)=(d-e)+(g) | (g) |
| **0,00** | **0,00** | **0,00** |

Notas: Deixamos de preencher o presente demonstratrivo em função de não ter ocorrido alienacao de ativos nos anos de 2019, 2018 e 2017.

Cruzeta-RN, em 24 de junho de 2020.

**José Sally de Araújo**

Prefeito Municipal

**Paulo César Rodrigues de Araújo**

Sec. Mun. De Administração e de Tributação

**Prefeitura Municipal de Cruzeta** ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VI - Evolução do Patrimônio Líquido

Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | **2019** | **%** | **2018** | **%** | **2017** | **%** |
| Patrimônio/Capital | 2.332.101,21 | 100,00 | 1.224.660,17 | 100,00 | -21.522.718,95 | 100,00 |
| Reservas | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Resultado Acumulado | 1.107.441,04 | 0,00 | 22.695.682,33 | 0,00 | -32.002.219,88 | 0,00 |
| **TOTAL** | **3.439.542,25** | **100,00** | **23.920.342,50** | **100,00** | **-53.524.938,83** | **100,00** |

Cruzeta-RN, em 24 de junho de 2020.

**José Sally de Araújo**

Prefeito Municipal

**Paulo César Rodrigues de Araújo**

Sec. Mun. De Administração e de Tributação

**Prefeitura Municipal de Cruzeta** ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita

Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **SETOR / PROGRAMA /**  **BENFICIÁRIO** | **RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA** | | | | **COMPENSAÇÃO** |
| **TRIBUTO/CONTRIBUIÇÃO** | **2021** | **2022** | **2023** |
| - | - | -  - | -  - | -  - | - |
| **TOTAL** | | **-** | **-** | **-** |  |

Notas: O Municipio não Trabalha com a Hipótese de que haja renúncia de Receitas para o Período Demonstrado.

Cruzeta-RN, em 24 de junho de 2020.

**José Sally de Araújo**

Prefeito Municipal

**Paulo César Rodrigues de Araújo**

Sec. Mun. De Administração e de Tributação

**Prefeitura Municipal de Cruzeta** ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas

Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF

|  |  |
| --- | --- |
| **EVENTO** | **2021** |
| Aumento Permanente da Receita ( - ) Transferências Constitucionais ( - ) Tranferências ao FUNDEF | -  -  - |
| Saldo Final do Aumento Permanente de Receita ( I ) | - |
| Redução Permanente de Despesas ( II ) | - |
| Margem Bruta ( III ) = ( I + II ) | - |
| Saldo Utilizado ( IV ) | - |
| Impacto de Novas DOCC | - |
| Margem Líquida de Expansão de DOCC ( III - IV ) | - |

Natas: O município não está prevendo expansão em suas despesas, apenas projetando a variação da inflação para o periodo, por isso deixamos de preencher o presente demonstrativo.

Cruzeta-RN, em 24 de junho de 2020.

**José Sally de Araújo**

Prefeito Municipal

**Paulo César Rodrigues de Araújo**

Sec. Mun. De Administração e de Tributação

**Prefeitura Municipal de Cruzeta** ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE RISCOS FISCAIS

Art. 4º, §3º, da LRF

(R$)

|  |  |
| --- | --- |
| **IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS** | **2021** |
| 1. Passivos Contingentes | - |
| 2. Riscos Fiscais | - |
| 3. Eventos Fiscais Imprevistos | - |
| Soma | - |

Nota:

Passivos Contingentes: obrigações em processos, ações trabalhistas, indenizações, desapropriações, etc.

Riscos Fiscais: Emergência, calamidade pública, frustrações de arrecadação prevista, despesas planejadas a menor. Eventos Fiscais Imprevistos: extinção de tributos, ocorrência imprevista em execução de obra, campanhas não previstas. De conformidade com Art. 25 desta Lei, não está prevista riscos ou eventos fiscais para o periodo.

Cruzeta-RN, em 24 de junho de 2020.

**José Sally de Araújo**

Prefeito Municipal

**Paulo César Rodrigues de Araújo**

Sec. Mun. De Administração e de Tributação

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores - 2021

**AMF - Tabela 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a") R$**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **RECEITAS** | **2017** | **2018** | **2019** |
| **RECEITAS CORRENTES PREVIDENCIÁRIAS -RPPS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIA) ( I )** | **-** | **-** | **-** |
| RECEITAS CORRENTES | - | - | - |
| Receita de Contribuições dos Segurados | - | - | - |
| Pessoal Civil | - | - | - |
| Receita Patrimonial | - | - | - |
| Receita de Serviços | - | - | - |
| Outras Receitas Correntes | - | - | - |
| Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS | - | - | - |
| Demais Receitas Correntes | - | - | - |
| RECEITA DE CAPITAL | - | - | - |
| Alienação de Bens, Direitos e Ativos | - | - | - |
| Amortização de Emprestimos | - | - | - |
| Outras Receitas de Capital | - | - | - |
| ( - ) DEDUÇÕES DA RECEITA | - | - | - |
| **RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) ( II )** | **-** | **-** | **-** |
| RECEITAS CORRENTES | - | - | - |
| Receita de Contribuições Patronal | - | - | - |
| Pessoal Civil | - | - | - |
| Para Cobertura de Déficit Atuarial | - | - | - |
| Em Regime de Débitos e Parcelamento | - | - | - |
| Receita Patrimonial | - | - | - |
| Receita de Serviços | - | - | - |
| Demais Receitas Correntes |  |  | - |
| RECEITA DE CAPITAL | - | - | - |
| Outras Receitas de Capital | - | - | - |
| ( - ) DEDUÇÕES DA RECEITA | - | - | - |
| **TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS ( III ) = ( I + II )** | **-** | **-** | **-** |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **DESPESAS** | **2017** | **2018** | **2019** |
| **DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS -RPPS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIA) ( IV )** | **-** | **-** | **-** |
| ADMINISTRAÇÃO | - | - | - |
| Despesas Correntes | - | - | - |
| Despesas de Capital | - | - | - |
| PREVIDÊNCIA | - | - | - |
| Pessoal Civil | - | - | - |
| Outras Despesas Previdenciárias | - | - | - |
| Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS | - | - | - |
| Demais Despesas Previdenciárias | - | - | - |
| **DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) ( V )** | **-** | **-** | **-** |
| ADMINISTRAÇÃO | - | - | - |
| Despesas Correntes | - | - | - |
| Desesas de Capital | - | - | - |
| **RESULTADO PREVIDENCIÁRIO ( VI ) = ( III - IV )** | **-** | **-** | **-** |

Cruzeta-RN, em 26 de junho de 2020.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VI.a - Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores - 2021

**AMF - Tabela 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínia a)**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **EXERCÍCIO** | **RECEITAS**  **PREVIDENCIÁRIAS** | **DESPESAS**  **PREVIDENCIÁRIAS** | **RESULTADO**  **PREVIDENCIÁRIO** | **SALDO FINANCEIRO**  **DO EXERCÍCIO (d)** |
| **Valor (a)** | **Valor (b)** | **Valor (c) = (a-b)** | **Valor (d) = Saldo Financeiro**  **Anterior + (c)** |
| 2017 | - | - | - | **-** |
| 2018 | - | - | - | - |
| 2019 | - | - | - | - |
| 2020 | - | - | - | - |
| 2021 | - | - | - | - |
| 2022 | - | - | - | - |
| 2023 | - | - | - | - |
| 2024 | - | - | - | - |
| 2025 | - | - | - | - |
| 2026 | - | - | - | - |
| 2027 | - | - | - | - |
| 2028 | - | - | - | - |
| 2029 | - | - | - | - |
| 2030 | - | - | - | - |
| 2031 | - | - | - | - |
| 2032 | - | - | - | - |
| 2033 | - | - | - | - |
| 2034 | - | - | - | - |
| 2035 | - | - | - | - |
| 2036 | - | - | - | - |
| 2037 | - | - | - | - |
| 2038 | - | - | - | - |
| 2039 | - | - | - | - |
| 2040 | - | - | - | - |
| 2041 | - | - | - | - |
| 2042 | - | - | - | - |
| 2043 | - | - | - | - |
| 2044 | - | - | - | - |
| 2045 | - | - | - | - |
| 2046 | - | - | - | - |
| 2047 | - | - | - | - |
| 2048 | - | - | - | - |
| 2049 | - | - | - | - |
| 2050 | - | - | - | - |
| 2051 | - | - | - | - |
| 2052 | - | - | - | - |
| 2053 | - | - | - | - |
| 2054 | - | - | - | - |
| 2055 | - | - | - | - |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| 2056 | - | - | - | - |
| 2057 | - | - | - | - |
| 2058 | - | - | - | - |
| 2059 | - | - | - | - |
| 2060 | - | - | - | - |
| 2061 | - | - | - | - |
| 2062 | - | - | - | - |
| 2063 | - | - | - | - |
| 2064 | - | - | - | - |
| 2065 | - | - | - | - |
| 2066 | - | - | - | - |
| 2067 | - | - | - | - |
| 2068 | - | - | - | - |
| 2069 | - | - | - | - |
| 2070 | - | - | - | - |
| 2071 | - | - | - | - |
| 2072 | - | - | - | - |
| 2073 | - | - | - | - |
| 2074 | - | - | - | - |
| 2075 | - | - | - | - |
| 2076 | - | - | - | - |
| 2077 | - | - | - | - |
| 2078 | - | - | - | - |
| 2079 | - | - | - | - |
| 2080 | - | - | - | - |
| 2081 | - | - | - | - |
| 2082 | - | - | - | - |
| 2083 | - | - | - | - |
| 2084 | - | - | - | - |
| 2085 | - | - | - | - |
| 2086 | - | - | - | - |
| 2087 | - | - | - | - |
| 2088 | - | - | - | - |
| 2089 | - | - | - | - |
| 2090 | - | - | - | - |
| 2091 | - | - | - | - |
| 2092 | - | - | - | - |
| 2093 |  |  | - | - |
| 2094 |  |  | - | - |
| 2095 |  |  | - |  |

Notas:

Cruzeta-RN, em 26 de junho de 2020.